



RELATÓRIO DE WEBINAR

Do Desenvolvimento Sustentável à Justiça Climática

15 de Agosto de 2023

SOBRE O EVENTO

Webinar: [“Do Desenvolvimento Sustentável à Justiça Ambiental”](#). Realizado em 15 de agosto de 2023. Disponível no canal do Centro Soberania e Clima no Youtube.

As discussões do evento tiveram como ponto de partida o *policy paper* [“Do desenvolvimento sustentável à luta pela justiça ambiental: os desafios das mudanças climáticas para a segurança e o desenvolvimento”](#) escrito por Beatriz Mattos e publicados na edição de julho de 2023 da Revista Diálogos Soberania e Clima.

PARTICIPANTES

Beatriz Mattos, Pesquisadora Sênior do Centro Soberania e Clima e da Plataforma Socioambiental do Brics Policy Center.

Danilo Farias, Advogado ambiental, mestrando em Direitos Humanos e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Pará e embaixador da Juventude do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC).

Sergio Etchegoyen, Presidente do Conselho de Administração do Centro Soberania e Clima e Ex-Ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Moderação:

Bruna Ferreira, Centro Soberania e Clima

Currículos dos participantes



Beatriz Mattos, Pesquisadora Sênior do Centro Soberania e Clima. Doutora em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica – IRI/PUC-Rio. Atualmente desempenha a função de Co-coordenadora da Plataforma Socioambiental do Centro de Estudos e Pesquisa BRICS – BRICS Policy Center e de Professora Assistente do curso de Relações Internacionais da Universidade Veiga de Almeida – UVA..



Sergio Etchegoyen é general do Exército da reserva. Foi ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (maio de 2016 a dezembro de 2018). Ingressou no Exército em 1971, na Academia Militar das Agulhas Negras. Como oficial-general (novembro de 2004 a maio de 2016) comandou a 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), foi assessor especial militar do ministro da Defesa e cumulativamente chefe do Núcleo de Implantação da Estratégia Nacional de Defesa. É co-fundador do Soberania e Clima.



Danilo Farias é advogado ambiental, mestrando em Direitos Humanos e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e embaixador da Juventude UNODC. Além disso, é especialista em Direito Ambiental (IDPV) e especialista em Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais (UFBA). Graduado no Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, com área de concentração em Estado, Sociedade e Participação Cidadã (UFSB) e bacharel em Direito pela Faculdade Pitágoras de Teixeira de Freitas (PIT, 2016). Integra a rede de Jovens Embaixadores da Juventude 2030 de iniciativa do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC). É advogado popular, ambientalista e ativista de Direitos Humanos. Atua em ações, projetos e movimentos de emancipação e empoderamento de grupos vulneráveis e subalternizados com foco em Direito Ambiental, Direitos Humanos e Direito Internacional.



Bruna Ferreira atua no Núcleo de Projetos e Pesquisa do Centro Soberania e Clima e é doutoranda em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – IRI/PUC-Rio.

Introdução

No dia 15 de agosto de 2023, o Centro Soberania e Clima (CSC) realizou o webinar [“Do Desenvolvimento Sustentável à Justiça Ambiental”](#). O evento trata-se de mais uma iniciativa decorrente da parceria entre o CSC, o Instituto Humanize e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e tem como objetivo contribuir com a aproximação das áreas de meio ambiente, desenvolvimento e segurança e com a formulação de políticas públicas nacionais, de caráter integrado e multidimensional, focadas na promoção do desenvolvimento sustentável.

O debate se pautou no conteúdo do *policy paper*, publicado na edição de julho da revista Diálogos Soberania e Clima, intitulado [“Do Desenvolvimento Sustentável à luta pela Justiça Ambiental: os desafios das mudanças climáticas para a segurança e o desenvolvimento”](#). O estudo analisa como questões relacionadas ao meio ambiente, ao desenvolvimento e à segurança interagem em escala nacional e aponta limites e possibilidades para que os conceitos de justiça ambiental e climática sejam incluídos nos processos de tomada de decisão e na construção de políticas públicas no Brasil.

Com o intuito de promover reflexões e ampliar os debates sobre essas e outras questões, o webinar contou com a participação de Beatriz Mattos, autora do estudo, pesquisadora sênior do Centro Soberania e Clima e co-coordenadora da Plataforma Socioambiental do BRICS Policy Center; Sergio Etchegoyen, presidente do Conselho de Administração do CSC e Danilo Farias, advogado ambiental, mestrando em Direitos Humanos e Meio Ambiente, e Embaixador da Juventude do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC), além da mediação de Bruna Ferreira, doutoranda em Relações Internacionais e integrante do Núcleo de Projetos e Pesquisa do CSC.

É objetivo deste documento oferecer uma síntese das intervenções realizadas pelos painelistas, esquematizando os principais assuntos abordados e as respostas oferecidas pelos participantes às perguntas apresentadas pela mediadora e pela audiência ao longo do debate.

RELATÓRIO DE WEBINAR

Do Desenvolvimento Sustentável à Justiça Climática

15 de Agosto de 2023

Tempos incertos e crises sobrepostas: de onde partimos

Em sua fala de abertura, Bruna Ferreira resgatou o argumento central apresentado no *policy paper* acerca do caráter socioambiental da crise climática, tanto no que diz respeito às suas causas quanto às suas consequências. Ela relembrou com preocupação os dados apresentados pelo [Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD \(2022\)](#), que apontam para a inversão da tendência histórica de progresso nos indicadores de desenvolvimento humano, em um contexto global marcado pelo agravamento da pobreza, pelo acirramento das desigualdades, pelos crescentes fluxos de deslocamentos forçados e pelo agravamento da insegurança alimentar. Em meio à pandemia, pela primeira vez, o IDH global caiu por dois anos consecutivos, chegando aos patamares do período imediatamente posterior à adoção do Acordo de Paris e da Agenda 2030. O documento também aponta que vivemos em um contexto de incertezas generalizadas, associadas às profundas transformações planetárias, verificadas na era do Antropoceno, e suas interações com as desigualdades. Conforme salientou Bruna, o relatório oferece evidências inequívocas acerca das interações entre as mudanças climáticas, o desenvolvimento e a segurança.

Um olhar jurídico sobre os efeitos das mudanças climáticas nos territórios e nos direitos humanos

Danilo Farias iniciou sua intervenção destacando a relevância da temática proposta pelo webinar e lamentando a falta de acesso de muitos brasileiros e brasileiras, em especial aqueles que são mais vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas, a essa discussão. O painelista recordou suas vivências de infância no extremo sul da Bahia, na cidade de Caravelas, onde, desde muito cedo, pôde se aproximar da realidade das comunidades pesqueiras e marisqueiras e se envolver com a área ambiental. Segundo ele, a comunidade de Caravelas já sofre, atualmente, com os efeitos das mudanças climáticas, ainda que não necessariamente os reconheçam como tal. Mediante ao aquecimento dos oceanos, o fenômeno do branqueamento dos corais¹ vem sendo notado de forma cada vez mais intensa, causando insegurança alimentar e impactos socioeconômicos e socioambientais para aquela comunidade, que sempre lidou com os recursos naturais de forma sustentável e equilibrada. Conforme ressaltado por Danilo, em meio a esse contexto, a comunidade tradicional

1. Branqueamento dos corais é um fenômeno causado pelo aumento da temperatura dos oceanos que faz com que os corais percam suas cores vibrantes, se enfraqueçam e percam seus nutrientes, afetando toda a biodiversidade marinha, que depende desses ecossistemas para abrigo e alimentação. Os recifes de coral, presentes em mais de 100 países e territórios, ocupam apenas 0,2% do leito marinho, porém, abrigam aproximadamente 25% das espécies marinhas, desempenhando um papel crucial na segurança, proteção costeira, bem-estar, segurança alimentar e economia de milhões de pessoas. Esses ecossistemas altamente vulneráveis enfrentam ameaças significativas, tanto em escala global, com a mudança climática e a acidificação dos oceanos, quanto em nível local, com a poluição terrestre, pesca excessiva e práticas destrutivas de pesca, destacando a urgência de sua preservação (Souter *et al.* 2021).

de Caravelas, composta majoritariamente por pessoas negras, sofre uma transgressão de seus direitos humanos, em especial dos direitos associados ao seu ofício. Por isso, reforçou o painelista, é fundamental que o tema das mudanças climáticas e da justiça climática seja abordado e discutido de forma acessível, garantindo a inclusão daqueles que são mais vulneráveis a essa crise. Em sua percepção, o primeiro passo nesse sentido seria adotar uma abordagem antirracista e não elitista acerca do assunto.

Danilo mencionou, ainda, a COP 26, a Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que ocorreu em 2020 na Escócia. Segundo ele, essa foi uma conferência de extrema relevância para a comunidade negro descendente, pois, pela primeira vez, notou-se a participação maciça de pessoas negras em uma conferência internacional, debatendo acerca de um tema que as afeta diretamente. Danilo recordou a frase, apresentada pela Coalizão Negra por Direitos, de que não existe possibilidade de se discutir justiça climática sem a participação e os endereçamentos da comunidade negro descendente, caso contrário, há riscos de se incorrer em uma nova situação de colonialismo. Nesse sentido, ele alertou que não seria possível refletir acerca de novas ecologias políticas, que se apresentam como transversais à vida das pessoas, sem a participação efetiva dessas comunidades.

O painelista também fez referência à publicação do Observatório do Clima, "[Quem precisa de Justiça Climática no Brasil?](#)", de autoria de Andreia Coutinho Louback, que confere centralidade às percepções e às vivências daqueles e daquelas que são diretamente afetados pelos efeitos das mudanças climáticas no país, dando rosto a essas pessoas. Segundo ele, ao conferir o devido protagonismo a esses indivíduos, suas vivências e percepções, é possível reforçar o alerta acerca da gravidade das catástrofes ambientais, de modo que essas questões sejam consideradas mais seriamente pelos tomadores de decisão.

Como advogado, Danilo observou, ainda, a tendência de deslocamento dos processos de litigância climática para os países do Sul Global. Segundo ele, o Brasil é protagonista nesse processo, já contando com quase 40 litígios ambientais. Esses têm alcançado grande repercussão e refinamento, à medida que as nações do Sul tendem a apresentar uma perspectiva singular no que diz respeito às suas reivindicações, por se tratar de países vulneráveis economicamente e constituídos pela colonização.

Por fim, Danilo mencionou a [reivindicação de Colômbia e Chile à Corte Interamericana de Direitos Humanos](#) a respeito da elaboração de uma opinião consultiva sobre a relação entre a emergência climática e os direitos humanos. Segundo ele, esse seria um momento propício para se promover um debate amplo, envolvendo todas as instituições que trabalham com o tema ou que reivindicam um país ecologicamente e socialmente equilibrado e justo, buscando a construção de uma perspectiva de justiça climática apropriada ao contexto brasileiro. Ele também afirmou que há discussões paralelas ocorrendo na Corte Internacional de Justiça sobre o assunto, tendo em vista que a [Assembleia Geral das Nações Unidas](#) já havia aprovado essa conceitualização. Assim, Danilo reforçou que esse se trata de um momento estratégico para endereçarmos considerações sobre esses termos - justiça ambiental e climática - em múltiplas arenas, sejam essas internacionais, regionais e locais.

A relevância da soberania em meio à crise climática

Sergio Etchegoyen iniciou sua apresentação explicitando que não advém da área ambiental e climática, mas, sim, da área da soberania. Ambos os campos são contemplados pelo *think tank* Soberania e Clima, que busca promover diálogos que facilitem a identificação de convergências entre essas duas visões que, conforme defendeu, devem ser compreendidas como complementares e não como concorrentes. Sergio alertou que as questões ambiental e climática, tão importantes para todos, não podem ser ignoradas, contudo, também não podem ser tratadas com ingenuidade. Ele apontou como exemplo a guerra na Ucrânia e como as sanções internacionais impostas à Rússia fizeram com que os países europeus recorressem prontamente às suas usinas mais poluentes. Sérgio defendeu que o Brasil deve demonstrar ao mundo sua boa-fé em termos de iniciativas

ambientais, que englobam ações de mitigação de emissões e de prevenção de tragédias, no entanto, ponderou que os demais países não aparentam estar tão comprometidos nesse sentido.

De acordo com Sergio, a soberania pode ser compreendida como sinônimo de interesse nacional e como defesa dos interesses da sociedade brasileira externamente. Nesse momento, o painalista fez referência à maneira como, no *policy paper*, as questões ambientais são apresentadas como desafios intergeracionais e adicionou que, na mesma medida, a defesa ou não dos interesses da sociedade brasileira no ambiente externo trará consequências para as próximas gerações.

No que diz respeito à crise climática, Sergio ponderou que os fenômenos climáticos extremos ocorrem globalmente, contudo, seus impactos variam, à medida que cada povo e cada nação possui recursos assimétricos para reagir a esses eventos. As questões climáticas, observou ele, não atendem às divisões políticas de fronteiras criadas pela humanidade. Decorre dessa constatação uma questão que precisa ser endereçada: como as soberanias podem cooperar para mitigar esses desafios, levando em conta as diferenças de capacidades de cada nação?

Ao se voltar para o cenário sul-americano, Sergio observou que o Brasil possui um grande peso, visto que ocupa, em média, a metade do território da região, possui quase a metade da população e representa também praticamente a metade da economia regional. Logo, o Brasil possui uma grande responsabilidade de liderar o processo de mitigação das mudanças climáticas e de prevenção de desastres ambientais, de modo a salvaguardar o desenvolvimento sustentável. Em sua intervenção, Sergio manifestou ressalvas com a palavra “desenvolvimento”, pelo fato deste ter sido amplamente capturado pelos economistas. Em sua visão, o termo “prosperidade” abarca de forma mais compreensiva e generosa aspectos como direitos sociais, éticos, econômicos, culturais, educacionais, ambientais, entre outros. Nesse sentido, Sergio defendeu a necessidade de o Brasil promover a prosperidade internamente e de cooperar com os povos e as nações vizinhas para que esses possam encontrar os caminhos para a sua própria prosperidade, de modo a integrar as considerações ambientais.

Por fim, Sergio argumentou que a soberania não se trata de uma moeda de troca. Diferentemente, a soberania confere aos Estados a possibilidade de negociação e de busca por convergências. Internamente, ele prosseguiu, a soberania adquire um significado relacionado à capacidade dos Estados de promover as entregas que lhes competem. Se o Estado não for capaz de garantir essas entregas, se suas agências não estiverem supridas com os devidos fundos e os meios necessários, não haverá avanços em nenhuma área, tampouco prosperidade. Com isso, Sergio alertou que não está defendendo um Estado forte, mas um Estado necessário, capaz de atender às necessidades de sua população. De acordo com ele, caso essas não sejam devidamente endereçadas, corremos o risco de testemunhar a transformação das áreas mais vulneráveis do país em ecossistemas do crime e de tornar a população alvo de recrutamento fácil para ações criminosas.

Mudanças Climáticas, segurança e desenvolvimento: ligando os pontos a partir dos conceitos de desenvolvimento sustentável e de segurança humana

Beatriz iniciou sua fala reforçando a importância de se promover espaços de debate sobre essa temática, que diz respeito à vida de todos e todas e cuja solução deve ser buscada mediante a participação de diversos agentes e setores da sociedade. Em referência ao conteúdo do *policy paper*, ela reiterou as palavras da mediadora acerca do caráter socioambiental da crise climática, salientando que nossos modos de vida, de produção de alimentos, de geração de energia e de consumo repercutem diretamente nos ecossistemas naturais e, como consequência, na segurança humana, das demais espécies, dos Estados e do planeta como um todo.

Ainda no que diz respeito ao *policy paper*, ela recordou o objetivo da pesquisa de compreender como os nexos entre os problemas ambientais, os desafios ao desenvolvimento e à segurança se manifestam no contexto brasileiro. Beatriz reconheceu, entretanto, que esse não se trata de um movimento analítico necessariamente inovador, visto que, desde a década de 1970, na ocasião da primeira conferência de alto nível das Nações Unidas para tratar das questões ambientais, a Conferência de

Estocolmo, as relações entre meio ambiente e desenvolvimento já ocupavam o centro das discussões. Voltando-se ao levantamento bibliográfico e documental apresentado no estudo, ela recorreu o quanto a conferência foi polarizada, em função do entendimento de que o desenvolvimento necessariamente acarretaria danos à natureza. Por um lado, algumas delegações diplomáticas de países desenvolvidos apontavam para a inviabilidade das nações do Sul se desenvolverem seguindo a mesma trajetória dos países do Norte, considerando a finitude dos recursos naturais do planeta. Por outro lado, os países do Sul Global defendiam com veemência seu direito ao desenvolvimento e a necessidade de se combater a pobreza.

Conforme ressaltado pela painelistas, na década seguinte, mediante à publicação do relatório [“Nosso Futuro Comum”](#), tal polarização seria parcialmente sanada mediante o lançamento do conceito de *desenvolvimento sustentável*. Esse seria apresentado como um novo paradigma de desenvolvimento, capaz de atender às necessidades das gerações atuais sem comprometer as necessidades das gerações futuras. Naquele momento, recordou Beatriz, passou a existir uma nova compreensão acerca da relação entre esses dois temas. Esse novo entendimento seria amplamente legitimado em meio à Conferência do Rio, em 1992, quando foram criadas as convenções que atualmente balizam as ações dos Estados soberanos no que diz respeito aos desafios ambientais, entre esses, as mudanças climáticas.

Ainda na década de 1990, prosseguiu ela, houve a inauguração de outro conceito igualmente relevante: o de *segurança humana*. Lançado a partir do [Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD](#), publicado em 1994, esse novo conceito permitiu, de forma inovadora, o deslocamento do objeto de referência da segurança - ou seja, do sujeito que deve ser protegido de ameaças - dos Estados em direção aos indivíduos. A segurança humana compreenderia, assim, sete dimensões, sendo estas: econômica, alimentar, sanitária, ambiental, pessoal, comunitária e política. Conforme notou Beatriz, todas essas dimensões são hoje diretamente pressionadas pela crise ambiental e climática.

Beatriz defendeu que, ao menos no campo teórico e conceitual, foi possível se alcançar novos entendimentos acerca dos nexos entre essas diferentes esferas. Entretanto, lamentou que, passadas quase três décadas, esses novos paradigmas não tenham garantido que os países se desenvolvessem de forma verdadeiramente sustentável, tampouco que todas as dimensões da segurança humana fossem salvaguardadas. Visando ilustrar esse argumento, Beatriz fez referência ao ranking global de maiores emissores de gases do efeito estufa (GEE), em que é possível notar, nas primeiras posições, representantes do Norte Global, como Estados Unidos e União Europeia, mas também as nações vistas como emergentes, como China, Índia e Brasil. Esses dados evidenciam que nem os países do Sul, nem sequer os do Norte foram capazes de perseguir um modelo de desenvolvimento verdadeiramente sustentável. No que diz respeito aos Estados emergentes, ela observou como seus significativos índices de crescimento econômico coexistem com indicadores alarmantes de desigualdade, de pobreza e de problemas ambientais.

Voltando-se à análise sobre como esses nexos se verificam no Brasil, Beatriz apresentou dados sobre os municípios que mais emitem GEE no país. Esses se localizam majoritariamente na região norte do país e apresentam Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) bem menores do que a média nacional. Logo, continuou ela, é evidente que essas emissões não resultam em melhores condições de vida ou de desenvolvimento para as populações locais. Ao contrário, as emissões advêm majoritariamente do desmatamento dos biomas brasileiros e lesam tanto a natureza quanto os direitos de todas e todos a um meio ambiente equilibrado, em prol de benefícios econômicos de muito poucos. Nesse sentido, Beatriz argumentou que o perfil das emissões brasileiras acaba por aprofundar desigualdades, não produzindo desenvolvimento ou sequer a melhoria das condições de vida da população.

A partir dessas considerações iniciais, Beatriz pontuou a respeito da urgência de se promover debates e iniciativas que promovam a justiça ambiental e climática no contexto brasileiro. Segundo ela, para que a crise climática e socioambiental seja endereçada de maneira apropriada, é fundamental que se tenha em vista a vulnerabilidade exacerbada de certos grupos populacionais, considerando que, para essas pessoas, as dimensões da segurança humana nunca foram devidamente salvaguardadas.

Questionamentos da Mediadora:

O segundo módulo do debate foi inaugurado por Bruna, que salientou o objetivo do Centro Soberania e Clima de conectar dois setores que se encontram tradicionalmente afastados, porém, que se configuram como fundamentais para refletirmos acerca dos desafios impostos pelas mudanças climáticas: as instâncias ligadas à soberania nacional e as conectadas às questões ambientais. Conforme observou a mediadora, no que diz respeito à justiça ambiental e climática, a soberania se torna um tema absolutamente fundamental, tanto internacionalmente, considerando as disparidades verificadas entre Estados do Norte e do Sul Global, quanto domesticamente, tendo em vista as responsabilidades domésticas dos Estados, enquanto soberanos, de garantir direitos essenciais, segurança e bem-estar para suas populações. Segundo ela, o reconhecimento do caráter socioambiental da crise climática reforça a responsabilidade dos Estados de promover o desenvolvimento sustentável e a justiça climática.

Tendo em vista as considerações apresentadas, Bruna deu seguimento à rodada de perguntas, que convergiram em torno de três temas, a serem explorados ao longo dessa seção:

- A relevância da sociedade civil em um contexto de emergência climática:

Considerando sua vivência e proximidade com comunidades tradicionais do sul da Bahia, Danilo foi indagado a respeito da maneira como a sociedade civil tem atuado em relação às interconexões entre as áreas de meio ambiente/ clima, desenvolvimento e segurança. Ele lamentou não observar muitos endereçamentos específicos sobre essas conexões, apesar dos claros impactos socioambientais que já são sentidos por essas populações - como a ocorrência de desastres ambientais, os desafios em torno da segurança alimentar ou mesmo as ameaças aos direitos humanos. Segundo ele, tal lacuna seria reflexo da dificuldade de se comunicar de maneira acessível com essas pessoas, possibilitando a compreensão de que os seus desafios cotidianos são, muitas vezes, reflexos das mudanças climáticas.

Assim, Danilo prosseguiu reforçando os apontamentos de Sergio sobre o fato das mudanças climáticas se configurarem como um fenômeno global, mas que se manifestam de forma exacerbada na realidade de algumas comunidades. Nesse sentido, ele mencionou a existência de um desequilíbrio entre aqueles agentes que mais emitem GEE e os que irão sofrer as consequências mais severas das mudanças climáticas. Frente a essa realidade, Danilo recomendou que atores do terceiro setor, em especial aqueles que atuam em proximidade com as comunidades pesqueiras e tradicionais, mapeiem e identifiquem as comunidades que vêm sendo mais afetadas pelo problema e busquem promover debates sobre o tema. De acordo com ele, a ausência desse endereçamento seria reflexo da forma elitizada como a temática vem sendo abordada.

- A atuação do Estado brasileiro:

Sergio, por sua vez, foi convidado pela mediadora a apresentar a sua avaliação sobre a atuação do Estado brasileiro no que concerne à construção de políticas públicas que contemplem conjuntamente os três eixos - mudanças climáticas, segurança e desenvolvimento - ou, ainda, as conexões entre as mudanças climáticas e a segurança, por um lado, e as mudanças climáticas e o desenvolvimento, por outro. De acordo com ele, essa ainda não se configura como uma questão madura o suficiente para que se identifiquem resultados a serem avaliados. Todavia, ele lamentou a respeito da incontestável ausência do Estado frente a situações de insegurança - seja econômica, ambiental, sanitária - verificadas em regiões como a Amazônia, território em que estão assentadas as maiores riquezas nacionais, porém, que apresenta o IDH mais baixo do país. Ele asseverou que esse cenário é resultado da ausência do Estado e das dificuldades de se promover a prosperidade para a população. Segundo ele, é necessário prover capacidades e fixar as pessoas em suas localidades, oferecendo-as a possibilidade de prosperarem igualmente.

Em sua resposta, Sergio recordou que, na década de 1980, no início do governo de José Sarney, foi criado o projeto Calha Norte, um projeto civil, que tinha como objetivo garantir a presença do Estado brasileiro em suas fronteiras. O projeto previa que as instalações criadas para abrigar os pelotões do exército seriam ocupadas, também, por outras agências do Estado, como as da área da saúde, da agricultura e do meio ambiente. Conforme observado por ele, todas as instalações construídas ao longo das fronteiras possuem pavilhões voltados a esse fim, contudo, esses nunca foram devidamente ocupados por essas agências. A partir desse exemplo, Sergio argumentou que a soberania não se esgota meramente na presença de militares nas fronteiras, mas inclui, também, viabilizar a permanência das comunidades locais nessas regiões, garantindo que esses cidadãos recebam os benefícios advindos dos impostos recolhidos.

Por fim, Sergio endereçou a pergunta da mediadora listando dois desafios a serem superados: o primeiro diz respeito às repetidas tentativas de se encontrar soluções para regiões como a Amazônia, que representa 60% do território do país, excluindo os amazônidas; o segundo, continuou ele, diz respeito aos riscos de, na tentativa de se encontrar soluções agregadoras em termos sociais, promovermos exclusões. No que diz respeito ao segundo desafio, Sergio reforçou a necessidade de as comunidades vulneráveis receberem atenção e investimento por parte do Estado, todavia, ponderou que esse investimento somente será possível mediante à contribuição dos setores produtivos da sociedade. O Estado precisa garantir condições para geração de riqueza, prosseguiu ele, à medida que os recursos a serem transferidos aos mais vulneráveis advêm do pagamento de impostos desses setores que mais produzem. Assim, reforçou a importância de se escapar de armadilhas ideológicas, que promovem hostilidades e tendem a apontar como contraditórias questões que, em seu entendimento, são complementares.

- O conceito de segurança humana e sua importância para o avanço da Agenda 2030:

Já a questão direcionada à Beatriz referiu-se à importância dos conceitos em meio à crise climática. Nesse sentido, a mediadora destacou a centralidade do conceito de segurança humana para a Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), todavia, notou as significativas dificuldades para que esse conceito produza mudanças concretas na vida das populações. Assim, Bruna questionou acerca do que seria necessário para que o conceito de *segurança humana* permanecesse relevante para conectar as esferas de meio ambiente, segurança e desenvolvimento e se haveria um processo de aprendizado em curso para que esses conceitos - de *segurança humana* e de *desenvolvimento sustentável* - se tornem mais aptos a lidar com a crise atual.

Beatriz, por sua vez, reafirmou a relevância dos conceitos, como o de desenvolvimento sustentável e de *segurança humana*, ainda que, à princípio, esses possam aparentar meras abstrações. Segundo ela, os conceitos emergem a partir da cristalização de entendimentos que, posteriormente, irão balizar ações e estratégias para que certos objetivos sejam perseguidos. Logo, em sua percepção, o lançamento do conceito de *segurança humana* teria representado, efetivamente, um avanço nos entendimentos acerca da segurança. Ela recordou que essa nova compreensão foi necessária em meio ao contexto da década de 1990, momento de eclosão de guerras civis – deslocando a lógica dos conflitos do ambiente interestatal para o cenário doméstico –, genocídios, epidemias e fome. Os gravíssimos desdobramentos notados nesse período evidenciavam, de forma incontestável, a necessidade de proteção dos indivíduos, cuja segurança não era devidamente resguardada pelos Estados, seja pela sua falta ou, em situações ainda mais graves, pelas flagrantes violações aos direitos da população.

Na tentativa de endereçar a segunda parte da pergunta apresentada pela mediadora, Beatriz defendeu que um passo importante para que a *segurança humana* seja resguardada e para que haja avanços em direção à Agenda 2030 seria alargar nosso entendimento a respeito das origens da crise socioambiental em que nos encontramos. Tal crise seria produto da marginalização da segurança de outros sujeitos – grupos sociais, ecossistemas naturais e as demais espécies. Segundo Beatriz, a crise nos convida a refletir de forma mais holística acerca do mundo em que vivemos e sobre como todas as esferas da segurança estão interconectadas. Nesse sentido, ponderou que não será possível avançarmos rumo à concretização dessas metas globais na ausência de um entendimento mais abrangente e compreensivo, que considere a segurança planetária, dos ecossistemas e das demais espécies. Somente assim, de acordo com ela, seria possível construir novos caminhos, novas políticas públicas e novas formas de se endereçar esses desafios.

Danilo também apresentou suas considerações no que diz respeito aos ODS e as correlações entre os direitos humanos e as questões ambientais. Ele mencionou o relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), intitulado “[Crianças, Adolescentes e Mudanças Climáticas no Brasil](#)”, que aborda como a crise climática afeta de forma ainda mais contundente as crianças e os adolescentes no país. Complementando a resposta de Beatriz, Danilo reforçou como os modos de vida de algumas comunidades se fundamentam na convivência harmônica com os ecossistemas naturais e mencionou a atuação das populações indígenas como verdadeiras guardiãs da natureza. Retomando os dados apresentados no *policy paper*, ele enfatizou a falência do Brasil em atingir os ODS, em especial, os que dizem respeito às metas ambientais contidas no eixo “P”, referente ao eixo planeta². Danilo alertou que esses objetivos não comportam a aproximação com atividades como o garimpo ilegal ou o trabalho análogo à escravidão e asseverou que, de maneira nenhuma, o Brasil pode se aproximar de um modelo de desenvolvimento permissivo a essas práticas.

Partindo das reflexões prévias a respeito da relevância dos conceitos, Sergio reafirmou o entendimento de que esses se configuram como a base para a consolidação de ações e estratégias visando o alcance de determinados objetivos. Ele recordou que a Constituição de 1988 banuiu o conceito de segurança nacional por questões políticas anteriores e que, por isso, atualmente o país conta com um Conselho de Defesa Nacional e não de Segurança Nacional. Ele pontuou que o banimento do termo na esfera jurídica fez com que o conceito de segurança nacional não mais figurasse em nenhuma lei orçamentária, projeto social ou proposta de lei de nenhuma natureza. Como resultado, ponderou, o país atualmente carece de uma estrutura “guarda-chuva”, capaz de contemplar todas as dimensões de *segurança humana* e de criar convergências entre essas. Conforme salientou, seria inviável e contraproduzitivo promover uma política de segurança em uma área sem a devida coordenação com as demais dimensões da segurança. Logo, defendeu a necessidade de se resgatar tal conceito e de se criar um arcabouço de segurança mais compreensivo, com vistas a viabilizar o enfrentamento da atual crise.

Sergio também lamentou a limitação da atuação do Estado brasileiro às atividades de fiscalização e punição de ilicitudes daqueles que possuem visibilidade na sociedade, não se estendendo ao atendimento digno dos que se encontram em situação de invisibilidade. Ele concluiu enfatizando a importância de que essas problemáticas socioambientais sejam trazidas à tona para que, assim, possamos alcançar diagnósticos mais precisos acerca das causas de nossos problemas e buscar as melhores soluções para endereçá-los.

2. Configuram-se como os cinco eixos de atuação da Agenda 2030: Paz, Pessoas, Planeta, Prosperidade e Parcerias.

Questionamentos da audiência, recomendações políticas e considerações finais:

O terceiro e último momento do webinar foi dedicado às indagações direcionadas pela audiência aos três participantes do debate. As perguntas e respostas serão sucintamente apresentadas nesta última seção.

Pergunta de Sarah Fernandez, estudante de graduação do curso de Defesa e Gestão Estratégica da UFRJ: Muito se discute sobre desenvolvimento sustentável como equilíbrio entre o desenvolvimento e o cuidado com o meio ambiente. No entendimento dos participantes, o governo atual estaria conciliando bem essas duas demandas? Quais recomendações políticas podem ser apresentadas buscando o aperfeiçoamento desse equilíbrio?

Beatriz reagiu ao questionamento salientando os significativos desafios para se promover a conciliação entre desenvolvimento e proteção ambiental. De acordo com ela, a primeira reflexão crítica a ser lançada nesse sentido diz respeito ao modelo de desenvolvimento que desejamos, em especial, considerando a gravidade da crise que atualmente enfrentamos. O modelo de desenvolvimento vigente, defendeu Beatriz, figura como um dos grandes responsáveis pela emergência climática. Face à severidade dessa crise, Beatriz defendeu a necessidade de que as políticas públicas nacionais sejam submetidas a um processo de climatização³. Tendo em vista que os efeitos da crise climática se refletem em todas as áreas, - como a de segurança alimentar, de saúde, de energia, de moradia, de infraestrutura, de transportes, entre outros - a climatização das políticas públicas permitiria que os desafios ambientais e climáticos fossem endereçados a partir de uma lógica de transversalidade, perpassando todos os setores e garantindo a convergência no que diz respeito às ações e estratégias estabelecidas. Caso contrário, salientou ela, a tendência é que uma iniciativa em determinada área acabe por inviabilizar ou enfraquecer ações planejadas em outras esferas. Nesse sentido, Beatriz julgou como incoerente a busca brasileira por assumir protagonismo no combate ao desmatamento e na mitigação das mudanças climáticas se, no campo do planejamento energético, cogita-se a intensificação da exploração de recursos fósseis, responsáveis por grande parte das emissões de GEE e pelo aprofundamento das mudanças climáticas. Esse caso evidencia de forma contundente como o planejamento do setor energético pode ir de encontro ao planejamento e aos resultados perseguidos pelas instâncias ambientais.

Por fim, Beatriz ressaltou que um dos grandes desafios para que as mudanças climáticas sejam abordadas com a devida seriedade advém do fato de que os riscos climáticos e ambientais se manifestam ao longo do tempo, não se apresentando de forma tão visível quanto as ameaças de outra natureza. Isso faz com que o tema não assuma a devida centralidade na agenda dos governos. Nesse sentido, ela reforçou a recomendação de que considerações acerca da mitigação e adaptação climática sejam incluídas, de forma transversal e integrada, em todas as políticas públicas nacionais.

Sergio, por sua vez, endereçou a pergunta propondo uma reflexão acerca das profundas transformações notadas no mundo nos últimos anos. Segundo ele, estamos vivendo em um mundo mais inseguro e instável, considerando que as principais estruturas de governança que têm como objetivo garantir a segurança internacional - o Conselho de Segurança das Nações Unidas e o Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) - faliram tristemente. Ele observou que enquanto a década de 1990 foi permeada por conflitos civis, atualmente, uma guerra de alta intensidade foi ressuscitada no coração da Europa, algo que acreditávamos já ter sido superado. De forma simultânea, observa-se empresas privadas lançando satélites ao espaço e atuando em áreas que, até pouco tempo, competiam apenas aos Estados.

3. A climatização das políticas públicas foi discutida em dois *policy papers* publicados na Revista Diálogos Soberania e Clima: O primeiro, de autoria de Peterson Ferreira da Silva, "Mudança climática e a 'climatização' do debate internacional sobre segurança e defesa", disponível em: <https://soberaniaclima.org.br/publicacoes/revista-dialogos/v1-n2-2022/>. O segundo, de autoria de Beatriz Rodrigues Bessa Mattos, "Mudanças climáticas e os desafios para a segurança global", disponível em: <https://soberaniaclima.org.br/publicacoes/revista-dialogos/v-2-n-4-2023/>.

Sergio prosseguiu afirmando que, mesmo mediante a todas essas mudanças, permanecemos presos a uma racionalidade do passado, em especial no que diz respeito à área ambiental. De acordo com ele, o atual discurso político acerca do meio ambiente remete aos anos 1990 e se fundamenta em conceitos anacrônicos, que não promovem prosperidade, mas, sim, divisões contraproducentes para solucionar os desafios contemporâneos. Ele argumentou que temos dificuldades em identificar rostos novos em nosso atual cenário político, o que impede que conceitos e entendimentos atualizados acerca do meio ambiente cheguem até aqueles que possuem competência legal para executar mudanças.

Danilo, por sua vez, recordou que nos últimos cinco anos passamos por desafios significativos no que diz respeito à pauta ambiental, com inúmeros retrocessos e descontinuidades de políticas essenciais, como o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal (PPCDAM) e o contingenciamento de fundos essenciais, tais quais o Fundo Amazônia e o Fundo Clima. Ele destacou que, nesse momento, nota-se uma nova configuração ministerial que pretende atuar de forma propositiva quanto a essas questões. Conforme observado por ele, atualmente, o Ministério de Meio Ambiente contempla em seu nome as mudanças climáticas, o que demonstra como esse tema vem assumindo relevância. Danilo também fez referência à inédita criação de um ministério voltado à promoção da tutela e da defesa dos povos originários e indígenas. Assim, defendeu que a perspectiva socioambiental foi contemplada na nova configuração ministerial. No entanto, reconheceu as dificuldades e desafios para que o governo resista às dinâmicas do capitalismo predatório e para que construa políticas e iniciativas verdadeiramente harmônicas com a natureza.

Pergunta de Mila Campbell, coordenadora de Projetos do Centro Soberania e Clima: O desenvolvimento tecnológico, impulsionado pelos Estados em meio à competição por mercados e recursos, tem sido prejudicial ou benéfico à segurança humana, ao desenvolvimento e à área ambiental e climática? Digo isso pensando na tendência de apropriação da narrativa da sustentabilidade em prol de interesses econômicos e em detrimento da preservação ambiental.

Danilo reagiu ao questionamento apontando para a falência do conceito de desenvolvimento sustentável. Ele ressaltou as três dimensões - ambiental, econômica e social - que integram o desenvolvimento sustentável e lamentou a inexistência de uma perspectiva política. O contexto político, defendeu ele, também deve ser contemplado visto que a mudança na conjuntura política certamente resultará em desafios adicionais para que a perspectiva do desenvolvimento sustentável se traduza em políticas concretas. A disputa desenfreada por mercados, complementou Danilo, em nada tem a ver com o modelo de desenvolvimento que pleiteamos, um modelo em harmonia com a natureza e capaz de garantir um mundo melhor para as futuras gerações.

Beatriz, por sua vez, argumentou que a tecnologia se configura como um recurso neutro, cujos efeitos dependem da maneira como é utilizada. Contudo, no que diz respeito às negociações multilaterais de clima, ela observou com preocupação a tendência crescente de que as inovações tecnológicas sejam apresentadas como a salvação para a crise climática, de modo que as mudanças fundamentais nos modelos de produção e consumo sejam tratadas como dispensáveis, algo extremamente perigoso em meio a uma crise de tamanha gravidade. Ela afirmou que torce para que certas inovações tecnológicas nos auxiliem a endereçar os desafios advindos das mudanças climáticas, no entanto, ressaltou o caráter complementar dessas tecnologias e alertou que essas não anulam os esforços estruturantes e essenciais para o devido endereçamento da atual crise.

Por fim, Sergio afirmou que compartilha do entendimento de que a tecnologia se configura como um recurso neutro, que pode ser utilizado para causar danos gravíssimos, como é o caso do agente laranja e das armas nucleares, mas também para salvar vidas, auxiliando na produção de alimentos ou de medicamentos, por exemplo. Ele aproveitou a oportunidade para apresentar uma recomendação política no que diz respeito à necessidade de o Brasil recuperar seu considerável déficit tecnológico, o que, inclusive, maximizaria suas capacidades de prevenir os desafios e problemas discutidos. Sergio listou o papel das tecnologias como ferramenta para prevenir ou reduzir as perdas decorrentes dos eventos naturais extremos ou para otimizar o processo de produção de alimentos. Ao fazer referência às enormes inovações decorrentes do emprego da inteligência artificial, Sergio defendeu que o Brasil não pode renunciar a tecnologias que potencialmente nos

serão negadas. Por fim, Sergio argumentou que a garantia de que a sociedade poderá regular, por intermédio de seus representantes, a forma como determinada tecnologia será utilizada diz respeito ao interesse nacional e à preservação da soberania. Logo, concluiu, a tecnologia não pode ser demonizada ou canonizada, mas utilizada de forma regulamentada, de modo a preservar o interesse da sociedade e o seu direito de se beneficiar dessas inovações.

Os painelistas, por fim, encerraram sua participação no webinar parabenizando o Centro Soberania e Clima, o PNUD e o Instituto Humanize pela iniciativa e pela oportunidade de aprendizado e troca, bem como agradecendo à mediadora pela facilitação e à audiência pela interação e oportunidade de refletir acerca de um tema de tamanha relevância.

Referências

Souter, D. *et al.* (eds) (2021). Status of coral reefs of the world: 2020 report. Global Coral Reef Monitoring Network (GCRMN) and International Coral Reef Initiative (ICRI). DOI: 10.59387/WOTJ9184.



FICHA INSTITUCIONAL

Diretor Presidente

Raul Jungmann

Conselho de administração

Marcelo Furtado

Raul Jungmann

Sergio Westphalen Etchegoyen

Presidente do Conselho de Administração

Sergio Westphalen Etchegoyen

Diretora Executiva

Mariana Nascimento Plum

Diretor Administrativo Financeiro

Newton Raulino

Assistente Administrativo Financeiro

Leandra Barra

Coordenadora de Comunicação

Valéria Amorim

Núcleo de Projetos e Pesquisa

Bruna Ferreira

Mila Campbell

Núcleo Jurídico

Gabriel Sampaio

Núcleo de Inteligência e Informação

Antônio Augusto Muniz

Núcleo Técnico

José Hugo Volkmer

Pesquisadora Sênior

Beatriz Mattos

Texto

Beatriz Rodrigues Bessa Mattos

Revisão

Mariana Nascimento Plum

Bruna Ferreira

Mila Campbell

Projeto Gráfico

Pedro Bopp

Diagramação

Valéria Amorim

APOIO:



humanize



Relatório de Webinar

Do Desenvolvimento Sustentável à Justiça Climática

Brasília. Centro Soberania e Clima.

13p.

Palavras chave:

1. Mudanças Climáticas 2. Desenvolvimento Sustentável 3. Justiça Climática 4. Soberania
